

## FICHA DOUTRINÁRIA

Diploma: CIVA

Artigo: 9.º, n.º 1, b)

Assunto: Acupunctura

Processo: I301 2007027 – despacho do Director-Geral dos Impostos, em 21-08-2007

Conteúdo: O sujeito passivo A, exercendo a actividade de "Outros técnicos paramédicos" – CIRS 5019, vem solicitar informação vinculativa, quanto ao correcto enquadramento, em sede de IVA, da actividade que exerce (acupunctura).

### EXPOSIÇÃO DO SUJEITO PASSIVO

1.O sujeito passivo A refere ser *"um profissional das Medicinas Complementares (Acupunctura)"* e que é licenciado pela Faculdade de Medicina Tradicional Chinesa X.

2.Refer, ainda, que foi por persistirem dúvidas relativamente ao enquadramento a atribuir à sua actividade, que terá sido registado como paramédico e, por consequência, enquadrado na isenção do art.º 9.º do Código do IVA.

3.Questiona-se, contudo, se a isenção a aplicar à actividade de acupunctura, não seria antes, a prevista no artigo 53.º do mesmo diploma.

4.Alega que as Medicinas Complementares têm, na área da saúde, uma procura cada vez maior, pelo que, a não serem consideradas isentas nos termos do art.º 9.º do CIVA, o seu exercício tornar-se-á mais caro para o utente. No entanto, não querendo incorrer em falta e tendo ultrapassado o limite para a isenção prevista no artigo 53.º, procedeu à alteração do seu enquadramento para o regime de tributação, em Janeiro de 2007.

### ENQUADRAMENTO LEGAL DA ACTIVIDADE

5.Nos termos da alínea b), do n.º 1, do art.º 9.º do Código do IVA, estão isentas *"as prestações de serviços efectuadas no exercício das profissões de médico, odontologista, parteiro, enfermeiro e outras profissões paramédicas"*.

6.Relativamente ao exercício da actividade de acupunctura por médicos ou enfermeiros, refira-se o ofício n.º 2892, de 2005.05.03, e o ofício n.º 4309, de 2005.05.16, respectivamente, da Ordem dos Médicos e da Ordem dos Enfermeiros, de onde se transcrevem os seguintes entendimentos:

#### ORDEM DOS MÉDICOS

*"A Ordem dos Médicos não aceita métodos ou terapêuticas sem bases científicas ou que se revelem ineficazes quando passam pelo crivo do método científico, como é o caso da homeopatia, da aromoterapia, da iridologia, entre outras.*

*No entender da Ordem, os médicos que apliquem e se arroguem cultores destes métodos ou terapêuticas fazem-no sem legitimidade técnica e podem, inclusive, incorrer em falta deontológica passível de procedimento disciplinar.*

*Não obstante poderá o médico, a título excepcional, utilizar aquelas*

*terapêuticas tendo em vista o chamado "efeito placebo".*

*Neste caso não se poderá considerar que aquele é cultor de uma técnica específica, designadamente a homeopatia, a aromoterapia e outras, pelo que a actividade não merece ser individualizada.*

*Por fim importa esclarecer que a acupunctura está reconhecida como "Competência" por esta Ordem, pelo que ao ser praticada por médicos corresponde a uma actividade normal da profissão".*

#### ORDEN DOS ENFERMEIROS

*"...o enfermeiro decide das técnicas e dos meios a utilizar e integra-os no planeamento dos cuidados de enfermagem".*

*"...o enfermeiro com competências nas abordagens terapêuticas complementares, cuja prática ao ser incluída no planeamento dos cuidados de enfermagem traz ganhos para o cliente pode utilizá-las, com o devido consentimento, não podendo contudo intitular-se com outro título profissional que não o de enfermeiro".*

7.Quanto às profissões paramédicas, dado que não existe no Código do IVA um conceito que as defina, há que recorrer ao Decreto-Lei n.º 261/93, de 24 de Julho, bem como, ao Decreto-Lei n.º 320/99, de 11 de Agosto, uma vez que são estes dois diplomas que contêm em si os requisitos a observar para o exercício dessas actividades.

8.As actividades paramédicas encontram-se elencadas em lista anexa ao Decreto-Lei n.º 261/93, de 24 de Julho, e compreendem a utilização de técnicas de base científica com fins de promoção de saúde e de prevenção, diagnóstico e tratamento da doença, ou da reabilitação.

9.Relativamente à actividade de **acupunctura**, a mesma não se encontra elencada nas actividades previstas na Lista anexa ao referido Decreto-Lei.

10.No entanto, a Lei n.º 45/2003, de 22 de Agosto – "*Lei do enquadramento base das terapêuticas não convencionais*" – veio estabelecer o enquadramento das actividades e do exercício dos profissionais que aplicam estas terapêuticas.

11.Este diploma, conforme o seu art.º 2.º, aplica-se a todos os profissionais que exerçam actividades terapêuticas não convencionais nele reconhecidas, sendo a acupunctura, uma das actividades reconhecidas para efeitos da aplicação desta Lei (n.º 2, art.º 3.º).

12.O art.º 4.º do citado normativo define os princípios orientadores das terapêuticas não convencionais, visando a defesa da saúde individual e pública, uma adequada formação profissional de quem exerce tais actividades, bem como, a promoção da investigação científica, relativamente às diferentes áreas das terapêuticas não convencionais e complementaridade com outras profissões de saúde.

13.Estabelecem os art.ºs 6.º e 7.º da presente Lei, que o Ministério da Saúde tutela e credencia a prática destas terapêuticas, cabendo aos Ministérios da Educação e da Ciência e do Ensino Superior, não só a certificação de habilitações como a definição e as condições para o exercício destas actividades.

14. Verifica-se, contudo, ainda não existir regulamentação subjacente à Lei n.º 45/2003, de 22 de Agosto, nomeadamente, no que diz respeito ao processo de credenciação, formação e certificação dos profissionais de terapêuticas não convencionais, pelo que, em sede de IVA, o enquadramento destas actividades (onde se encontra incluída a actividade de acupunctura), se mantém no regime de tributação.

#### **CONCLUSÃO**

15. Pelo exposto, a actividade de acupunctura poderá beneficiar da isenção prevista na alínea b), do n.º 1 do art.º 9.º do CIVA, desde que exercida por médicos ou enfermeiros, no âmbito das respectivas profissões. Quando exercida por quaisquer outros profissionais, atendendo, nomeadamente ao referido no ponto 14 desta informação, a mesma fica afastada do campo de aplicação da referida isenção, sem prejuízo de poder beneficiar do regime especial de isenção do art.º 53.º do CIVA, desde que reunidas cumulativamente as condições aí estabelecidas.